



Senado prorroga incentivo fiscal para cinemas até 2019

Medida provisória aprovada ontem e enviada à sanção presidencial estende isenção de tributos federais para setor cinematográfico. Governo prevê 150 novas salas até fim do ano

Na retomada dos trabalhos legislativos após o recesso parlamentar, os senadores aprovaram ontem medida provisória que pode ajudar a aumentar o número de salas de cinema no país. A MP ampliou o prazo para o setor usar o Recine, programa especial de tributação. Pelo texto original do governo, o prazo

seria prorrogado até o fim deste ano. Porém, a relatora no Senado, Marta Suplicy, estendeu o benefício por dois anos a mais. O Recine suspende a cobrança de tributos federais para compra de equipamentos e modernização das salas de cinema. O governo estima que 150 novas salas sejam abertas ainda este ano. **3**



Waldemir Barrato/Agência Senado

Presidente do Senado avalia pauta conjunta com a Câmara

Eunício: prioridades serão economia e segurança

O presidente do Senado se reuniu com o presidente da Câmara para definir a pauta de votações do Congresso no segundo semestre. Eunício Oliveira afirmou ainda ser contra mudar a meta fiscal de 2017. **2**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Educação, deve negociar com deputado

Grupo busca acordo para manter universidade em Foz do Iguaçu

A Comissão de Educação tentará um acordo com o deputado Sergio Souza para que ele retire sugestão de emenda apresenta-

da à MP do Fies. A emenda pode levar ao fechamento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). **3**

Indicação para o CNJ é confirmada em Plenário **2**

Senador propõe revogar reforma trabalhista **4**

País terá novo embaixador em Trinidad e Tobago **2**

Sindicatos temem mudança na aposentadoria especial



Paim (2º à dir.) coordena debate sobre os impactos da reforma

A reforma da Previdência vai prejudicar trabalhadores que atuam em atividades de risco, alertaram representantes de sindicatos em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. A proposta, em análise na Câmara, determina a exigência de pelo menos 20 anos de contribuição e idade mínima de 55 anos, critério que não é exigido hoje.

Os sindicalistas afirmaram que o benefício não é um privilégio, mas uma proteção ao trabalhador exposto a riscos ou a agentes prejudiciais à saúde. **4**

Aprovada entidade para gerir legado olímpico

O Senado aprovou ontem a criação da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo), órgão que substituirá a Autoridade Pública Olímpica.

Caberá à Aglo a administração do legado patrimonial e financeiro das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, como os ginásios esportivos. O texto da MP 771/2017 sofreu mudanças no Congresso e, por isso, será remetido ao presidente da República para sanção. **3**



Fernando Frazão/ABR

Nova entidade deve planejar destinação final das instalações, como velódromo

Senado instala hoje CPI para investigar contratos do BNDES

Será instalada hoje no Senado a CPI do BNDES. O autor do requerimento de criação, senador Roberto Rocha, defende a investigação dos empréstimos que permitiram a internacionalização da JBS. **2**



Jefferson Rusly/Agência Senado

Autor do pedido de criação da CPI, Roberto Rocha quer investigar empréstimos para a JBS

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovemensenador

Parceria:

Realização:

Eunício: segurança e economia terão prioridade

Após reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para tratar da pauta de votações do Congresso, o presidente do Senado afirmou também que considera perigoso rever a meta fiscal

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que a prioridade para o segundo semestre é estabelecer uma pauta conjunta entre o Senado e a Câmara em relação a propostas que tratem de segurança pública e economia.

Eunício se reuniu com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para definir a pauta do Congresso neste semestre. Também participaram do encontro, na residência oficial da Presidência da Câmara, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e líderes dos partidos da base governista.

Em relação à segurança pública, Eunício ressaltou que as famílias brasileiras estão assombradas com a falta de segurança e que é preciso proteger a sociedade, e não apenas as corporações.

— Nesse recesso, nós fomos para os nossos estados e constatamos o quão está difícil as pessoas transitarem nas ruas, o quanto essa questão do crime organizado foi fortalecida.

Na área econômica, o senador destacou que na terça-feira será feita uma reunião para discutir a MP 783/2017, que institui um novo programa de



Eunício Oliveira, entre Caiado e Amorim, preside sessão plenária do Senado

regularização tributária (Refis). De acordo com o texto, as empresas e pessoas físicas que tenham débitos com a Receita Federal poderão parcelar as dívidas em até 175 vezes, com abatimentos de juros e multas de mora. A medida é criticada por integrantes da Receita e tem o apoio da indústria.

— Nós temos que definir essa questão de como vai ser o Refis. Aquilo que foi acordado com o relator, com a área econômica e com o governo deve ser preservado.

Meta fiscal

O presidente do Senado defendeu uma pauta que possa gerar oportunidades para as pessoas sem que haja

acréscimo de imposto e sem mudança na meta fiscal.

— Tenho muita dificuldade de mexer na meta fiscal neste momento por temor que a inflação volte, que a taxa de juros aumente e não gere desenvolvimento.

Eunício Oliveira também ressaltou a importância de ser votada a proposta que unifica a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o querosene de aviação (PRS 55/2015). O projeto, que estabelece uma redução de 25% para 12% no teto do ICMS do querosene de avião em todos os estados, está pronto para ser analisado pelo Plenário.

Aprovado novo embaixador para Trinidad e Tobago

O Plenário aprovou ontem a indicação de José Antonio Gomes Piras para a embaixada em Trinidad e Tobago.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) já havia aprovado a indicação dele em julho.

A balança comercial entre os dois países vem favorecendo Trinidad e Tobago, que exporta para o Brasil manufaturados, como produtos químicos. O Brasil exporta minério de ferro e óleo bruto de petróleo.

CPI do BNDES será instalada hoje pelo Senado

Será instalada hoje no Senado a CPI do BNDES. O autor do requerimento de criação, senador Roberto Rocha (PSB-MA), defende que a comissão investigue os financiamentos do banco que permitiram a internacionalização da JBS. Na reunião de instalação, os senadores devem eleger presidente e vice-presidente, além de indicar o relator. A comissão terá 13 integrantes titulares e 8 suplentes.

Lasier quer acabar com operações sigilosas do banco

Lasier Martins (PSD-RS) pediu urgência na análise de seu projeto que acaba com o sigilo nas operações de financiamento do BNDES (PLS 7/2016). O sigilo, segundo ele, serve para ocultar negócios escusos. Lasier disse que o BNDES fez empréstimos expressivos para obras no exterior sem fiscalização dos órgãos competentes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado confirma indicado ao Conselho Nacional de Justiça

A indicação de Valdetário Andrade Monteiro para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi aprovada ontem pelo Senado.

O nome de Monteiro foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na entidade, ele foi presidente da seccional do Ceará por dois mandatos, entre 2010 e 2015.

Aos senadores da Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi sabatinado em maio, Monteiro disse esperar que a nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman), em estudo no Supremo Tribunal Federal (STF), leve a uma redução do ativismo judicial, postura que, na avaliação dele, gera interferência entre os Poderes.

Leis criam datas para informar sobre esclerose lateral e nanismo

Foram publicadas ontem no *Diário Oficial da União* duas leis que incluem datas no calendário oficial.

A Lei 13.471/2017 institui o Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), doença progressiva, neuromuscular, em 21 de

junho. E a Lei 13.472/2017 institui o Dia Nacional de Combate ao Preconceito contra as Pessoas com Nanismo, em 25 de outubro.

Autor dos dois projetos, Romário (Pode-RJ) disse que o objetivo é conscientizar e divulgar informações.

Cidinho defende benefícios a produtor de Mato Grosso que preserve ambiente

Cidinho Santos (PR-MT) citou estudo da Embrapa sobre o alto índice de preservação de Mato Grosso e defendeu a concessão de benefícios aos produtores que ajudam o meio ambiente no estado. Segundo o levantamento, re-



Wallidmir Bonetto/Agência Senado

latou o senador, 65% do território está intacto, apesar de o estado ser grande produtor de grãos e carne.

Ele também elogiou o governo pela MP 793/2017, que permite a produtores parcelar débitos com o Funrural.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDR Estâncias

8h30 Na pauta de 8 itens, o PLC 147/2015, que estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias.

CAS Ministro da Saúde

9h Audiência interativa com o ministro da Saúde, Ricardo Barros. Depois, pauta de 13 itens.

CTFC Caução em emergências

9h A comissão pode votar o PLS 460/2011, que proíbe hospital de exigir caução em emergências, e mais 12 itens.

CCJ Homicídio de idoso

10h Entre os 30 itens, o PLS 373/2015, que classifica idosicídio como crime hediondo.

CDH Relatório de trabalho

11h Após 14 itens, apresentação de relatório.

CSE Requerimento

12h Apreciação de requerimento.

CRA Indicação de transgênicos

14h Entre os 3 itens, o PLC 34/2015, sobre indicação de transgênicos em alimentos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, dois acordos internacionais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Salas de cinema terão benefício fiscal até 2019

Medida provisória foi aprovada ontem, com alterações, e segue para sanção presidencial. Pelo texto do governo, prazo acabaria no fim deste ano, mas proposta de Marta o estendeu por mais dois anos

NA RETOMADA DOS trabalhos ontem, o Senado aprovou a medida provisória que prorroga o prazo para uso do incentivo fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (MP do Recine). Na versão do governo (MP 770/2017), a prorrogação vai até o fim deste

ano. No texto aprovado, o projeto de lei de conversão (PLV 18/2017) da relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), que segue para a sanção presidencial, o prazo vai até 2019.

Marta ressaltou que 1.036 salas de exibição foram implantadas no Brasil de 2012 a 2016 e que a expansão do parque cinematográfico ocorre

em direção ao interior do país. A previsão do governo é que, com os benefícios do regime, sejam construídas 150 novas salas até o fim do ano.

O Recine suspende a cobrança de todos os tributos federais sobre a aquisição de equipamentos e materiais para construção ou modernização das salas. Para Marta, a



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Marta, relatora, Recine estimula setor e leva cinema para interior do país

prorrogação e a desoneração são muito importantes para a indústria de cinema nacional. Pelas estimativas, as empresas do setor gerarão cerca de R\$ 180

milhões de receita bruta anual. — O resultado do Recine tem sido excepcional para o país. O cinema é um instrumento fantástico de cultura — disse.

Aprovada criação de órgão para gerir parque olímpico

O Senado aprovou ontem a criação da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo). A autarquia federal substituirá a Autoridade Pública Olímpica (APO) e será responsável por elaborar o plano de uso das instalações esportivas construídas para os Jogos do Rio.

O texto da MP 771/2017 sofreu mudanças no Congresso e terá que passar pela sanção presidencial. Aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 19/2017), a medida atribui à Aglo a função de administrar o le-

gado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, como os ginásios esportivos. Com sede no Rio de Janeiro, a Aglo funcionará até que sejam tomadas as providências de longo prazo necessárias à destinação do legado olímpico ou até 30 de junho de 2019, o que ocorrer primeiro.

O novo órgão absorverá os recursos patrimoniais, as obrigações, parte do quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da APO, que foi extinta em 31 de março deste ano por resolução do

Conselho Público Olímpico

A criação da Aglo foi criticada por senadores de oposição. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse ser contraditório o governo alegar não ter recursos para a educação e manter cargos em uma estrutura como essa. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Cristovam Buarque (PPS-DF) e Reguffe (sem partido-DF) criticaram os gastos com a Aglo no atual cenário de crise econômica. Já Lindbergh votou a favor do texto em razão das dificuldades por que passa o Rio de Janeiro.

Cristovam lamenta falta de verba para ciência e tecnologia

Em decorrência da crise, Cristovam Buarque (PPS-DF) disse estar preocupado com o futuro da ciência e da tecnologia no país.

Ele citou pedido da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para que o governo desbloqueie recursos para pesquisa e criticou gastos do Planalto para impedir a aprovação do andamento de denúncia contra Temer.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe: "saúde pública no Amapá está uma tragédia"

João Capiberibe (PSB-AP) disse que a crise na saúde no Amapá é uma "tragédia".

Segundo ele, o sistema de saúde local não tem condições de atender a demanda, pois o governo estadual não compra remédios e paralisou obras. Para ele, os problemas não são só financeiros.

— As pessoas estão morrendo na porta dos hospitais.



Roque de Sá/Agência Senado

Senadores negociarão continuidade de universidade

Um grupo de senadores da Comissão de Educação (CE) tentará um acordo com o deputado Sergio Souza (PMDB-PR) para que retire proposta de emenda apresentada à medida provisória que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A emenda à MP 785/2017, na prática, fecharia a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). A infraestrutura da Unila seria usada na criação da Universidade Federal do Oeste do Paraná.

A decisão foi tomada ontem pela presidente da comissão,

Lúcia Vânia (PSB-GO), em atendimento a Fátima Bezerra (PT-RN) e Cristovam Buarque (PPS-DF).

Fátima considera temerário que universidades possam ser fechadas por meio de MPs e ressaltou que alteração de tal dimensão não deve ser feita sem debate prévio com a comunidade afetada.

Cristovam lembrou que a Unila, em Foz do Iguaçu (PR), tem milhares de estudantes paranaenses, brasileiros em geral, e também de outros países latino-americanos. Ele garantiu que Souza está aberto

a negociar com os senadores:

— O deputado disse que também não acha ideal aprovar mudança como essa por meio de MP. Pode ser que ele retire a emenda e apresente um projeto — disse Cristovam.

Transposição

A CE aprovou ontem o PLC 48/2016, que denomina Deputado Wellington Landim o trecho da transposição de águas do Rio São Francisco no Ceará, e o PLC 2/2017, que torna Limeira (SP) a Capital Nacional da Joia Folheada. Os projetos vão ao Plenário.

Hélio José avalia ações da Comissão Senado do Futuro

Presidente da Comissão Senado do Futuro (CSF), Hélio José (PMDB-DF) fez ontem em Plenário um balanço dos trabalhos do colegiado no primeiro semestre. Foram feitas oito reuniões, relatou, com destaque para audiências públicas que discutiram temas como a crise hídrica e o futuro da democracia, das rádios comunitárias e do serviço público.



Roque de Sá/Agência Senado

Rose destaca sucateamento da educação superior

Rose de Freitas (PMDB-ES) destacou a crise na educação pública, com sucateamento das universidades. Para ela, o país só sairá da crise se investir em educação, mas o ensino superior sofre com bolsas não pagas e esvaziamento da pesquisa.

— Não tem sequer o serviço essencial: não tem limpeza, atendimento, professores suficientes e pagamento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Procuradoria da Mulher quer apuração de morte

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou o pedido da Procuradoria Especial da Mulher ao Poder Judiciário para que a investigação do assassinato de Mayara Amaral seja conduzida com rigidez. A professora e musicista de 27 anos foi encontrada morta em Campo Grande no dia 24 de julho. Segundo a polícia, Mayara foi assassinada pelo colega de banda Luís Alberto Bastos Barbosa.

Alvaro apoia caminhoneiros e critica Temer

O senador Alvaro Dias (Pode-PR) apoiou movimento de caminhoneiros em protesto contra o aumento dos combustíveis. O senador disse que a culpa da crise não é apenas de Michel Temer, mas dos últimos governos, que promoveram relações promíscuas com empresas:

— A continuidade desse modelo é incapaz de resolver problemas do país — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Crise econômica afeta Sergipe, aponta Amorim

Um estudo da Universidade Federal de Sergipe mostrando a grave crise social e econômica no estado foi destacado pelo senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).

Ele lamentou a queda do Índice de Desenvolvimento Humano e a falta de recursos para a saúde.

— O estado é o mais violento do país e os servidores públicos sergipanos estão há seis anos sem reajuste — disse o senador.

Flexa elogia MPs do novo marco para setor mineral

As MPs editadas pelo governo com um novo marco regulatório para o setor mineral foram elogiadas por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Uma das medidas altera a base de cálculo da Cfem, compensação pela exploração de recursos minerais devida aos estados, aos municípios, ao Distrito Federal e à União, do faturamento líquido para o bruto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros cobra rigor no caso da ocupação da Mesa

O senador José Medeiros (PSD-MT) cobrou uma atuação firme do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado no julgamento do pedido de cassação das senadoras que ocuparam a Mesa do Plenário, no início de julho, para tentar impedir a votação da reforma trabalhista.

Para Medeiros, o ato foi uma afronta ao Senado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alterações na aposentadoria especial são criticadas em debate

Proposta de reforma da Previdência em análise no Congresso determina idade mínima de 55 anos para requerer benefício, critério não exigido hoje. Trabalhadores em atividades de risco serão prejudicados pela mudança, alertaram representantes de sindicatos

TRABALHADORES QUE LIDAM com atividades de risco ou agentes nocivos, químicos e biológicos e, por isso, aposentam-se mais cedo serão prejudicados pela reforma da Previdência, afirmaram ontem representantes de diversas categorias profissionais que participaram de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A reforma da Previdência (Proposta de Emenda Constitucional 287, na Câmara dos Deputados), apresentada pelo governo Temer, estabelece a exigência de idade mínima de 55 anos e pelo menos 20 anos de contribuição para dar entrada na obtenção da aposentadoria especial.

Atualmente não é considerado o critério da idade mínima. Os empregados em atividade em ambientes sujeitos a condições especiais, insalubres, perigosos e que prejudicam sua saúde têm direito ao benefício, que, dependendo da atividade, pode ser requisitado após 15, 20 ou 25 anos de trabalho.

Além de não ser exigida uma idade mínima atualmente, nesse tipo de aposentadoria não há aplicação do fator previdenciário. Outra vantagem é que a aposentadoria especial exige menor tempo de contribuição para a Previdência, mas tudo isso pode ser modificado pela reforma.

Proteção

Segundo o representante da Força Sindical no debate, Eduardo Annunziato, essas aposentadorias não são privilégios, mas uma forma de proteção do Estado para aqueles que estão expostos a agentes prejudiciais. Ele avalia que o trabalhador ficará muito mais tempo em contato com produtos perigosos e submetidos a situações estressantes. Acabará, assim, morrendo antes de se aposentar.

— Os trabalhadores da mineração,



Audiência dirigida por Paim (C) reúne representantes de categorias para avaliar impacto da reforma

por exemplo, não vão conseguir se aposentar, porque é comum morrerem mais cedo. Eles e outras categorias colocam suas vidas e sua saúde em risco para dar conforto e qualidade de vida à sociedade — disse.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva, apresentou dados sobre os acidentes de trabalho no país. Segundo ele, com o aumento do tempo de exposição a riscos, mais acidentes e problemas de saúde serão registrados:

— A cada 44 segundos temos um acidente no Brasil. A cada 30 minutos, uma incapacitação. A cada três horas, uma morte. A cada ano, 115 mil novos casos de adoecimento. São 710 mil acidentes de trabalho registrados por ano. É um panorama muito claro e evidente do quanto são insalubres os ambientes de trabalho — disse.

Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Rosana Cólén Moreno afirmou que a aposentadoria especial corrige distorções e garante àqueles trabalhadores que vivem estatisticamente menos um “usufruto real da aposentadoria”.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), o vice-presidente, Paulo Paim (PT-RS), e o relator da CPI da Previdência, Hélio José (PMDB-DF), afirmaram que o déficit da Previdência, apresentado como principal argumento para se fazer a reforma, na verdade não existe.

— Querem que o trabalhador pague a conta da crise — disse Hélio José.

Já o senador José Medeiros (PSD-MT) afirmou que a situação econômica do país exige reformas.

— Temos que reformar, sim. Se nós demonizarmos uma reforma e nunca fizermos, daqui a um tempo não teremos Previdência nenhuma — declarou.

Profissões com risco

São diversas as profissões que colocam os trabalhadores sob risco de saúde e integridade física e que podem sofrer com as mudanças propostas pelo governo. Entre esse profissionais, estão motoristas e cobradores de ônibus, serralheiros, metalúrgicos, operadores de raio X, eletricitas, soldadores, maquinistas, professores, policiais e trabalhadores da construção civil.

Projeto revoga Lei da Reforma Trabalhista

Projeto que revoga a Lei da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) foi protocolado ontem por Paulo Paim (PT-RS). A proposta ainda precisa ser lida em Plenário para começar a tramitar. O projeto tem apenas dois artigos, um que revoga a Lei 13.467 e o outro que diz que ela entra em vigor na data da publicação.

Na justificativa, o senador afirma que a nova lei tem vários dispositivos inconstitucionais, que desumanizam a relação entre empregado e empregador. Além disso, segundo Paim, 17 ministros do Tribunal Superior do Trabalho assinaram documento segundo o qual a lei elimina ou restringe dezenas de direitos individuais e sociais trabalhistas. Paim disse que há uma indignação na população, pois o presidente prometeu vetar alguns artigos, mas sancionou a lei na íntegra.

— Há uma indignação em todo o país. Consultei todos os estados e a justificativa [do projeto] é maior do que um artigo, naturalmente, dizendo que a lei é ilegal, inconstitucional, imoral, é um ataque à humanidade e, por isso, temos agora que fazer o debate sobre a possibilidade de revogá-la.

Paim diz que população teme efeitos das mudanças

Paim disse que, durante o recesso parlamentar, andou por quase 3 mil quilômetros no Rio Grande do Sul e percebeu que a população está preocupada com a reforma trabalhista.

— As pessoas querem saber o que está acontecendo no Congresso, no Executivo e no Judiciário. É nossa obrigação informá-los. Há uma enorme preocupação, até um certo medo, com a lei que aqui foi aprovada.

Paim afirmou que começará a discussão para elaborar um novo Código do Trabalho para corrigir distorções aprovadas com a reforma.

Gleisi critica emendas para barrar denúncia contra Temer

A liberação de R\$ 2 bilhões em emendas para barrar a denúncia contra o presidente Temer na Câmara foi criticada ontem pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A senadora questionou a base governista sobre as consequências do impeachment da ex-presidente Dilma. Segundo Gleisi, a economia piorou, prejudicando a educação, os investimentos e programas sociais.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Segundo Reguffe, há abuso de poder por parte do Executivo

Reguffe (sem partido-DF) declarou ontem que não é possível aceitar como “normais” as ações do governo para barrar na Câmara a autorização para que o STF julgue o presidente Michel Temer pelo crime de corrupção passiva.

— Que o governo esteja utilizando a máquina para comprar votos de deputados, não dá para aceitar! Isso não é coisa de país sério.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto: povo avaliará votos da Câmara para liberar julgamento

Humberto Costa (PT-PE) disse esperar um resultado positivo na votação na Câmara do pedido de licença para julgamento de Michel Temer, lembrando que o povo acompanha de perto o posicionamento dos deputados.

— A população brasileira, na sua esmagadora maioria, quer a saída de Michel Temer, quer a realização de eleições diretas e quer um novo governo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Ângela, presidente faz “toma lá dá cá” e lesa os pobres

Ângela Portela (PDT-RR) acusou o presidente Temer de promover “toma lá dá cá”, para evitar o acolhimento da denúncia da Procuradoria-Geral da República por corrupção passiva na Câmara.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora também criticou as medidas econômicas, disse que os pobres são os mais prejudicados e se manifestou contra as reformas da Previdência Social e trabalhista.

Fátima Bezerra acusa governo de trocar verbas e cargos por apoio

O Palácio do Planalto foi transformado em um “balcão de negócios”, disse Fátima Bezerra (PT-RN) ontem.

Segundo a senadora, o presidente Michel Temer premia deputados com



Waldemir Barreto/Agência Senado

verbas e cargos para impedir que a Câmara autorize o Supremo Tribunal Federal a analisar a denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República contra ele por corrupção passiva.

Vanessa destaca que 81% dos cidadãos defendem processo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou ontem pesquisa do Ibope que aponta que 81% dos cidadãos defendem que Temer seja processado.

Ela criticou ainda a bancada de apoio a ele



Waldemir Barreto/Agência Senado

na Câmara. — Como são necessários 342 votos para a abertura de processo, qual é a tática que eles usam? É a de faltarem à sessão. Mas o povo brasileiro está vindo perfeitamente!